



Natália Carvalho Marques
R.A. 2016465/1

O Correio Braziliense e o Caso Pedrinho:
Uma análise da cobertura jornalística

Brasília – 2005

Natália Carvalho Marques
R.A. 2016465/1

O Correio Braziliense e o Caso Pedrinho:
Uma análise da cobertura jornalística

Orientador: Prof. Solano Nascimento

Monografia apresentada ao
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB;
Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas;
Curso de Comunicação Social, matutino,
com habilitação em Jornalismo.

Brasília – 2005

Natália Carvalho Marques
RA 2016465/1

O Correio Braziliense e o Caso Pedrinho:
Uma análise da cobertura jornalística

Monografia apresentada ao
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB;
Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas;
Curso de Comunicação Social, matutino,
com habilitação em Jornalismo.

Aprovação ___/___/2005

Professor (a)

Professor (a)

Professor Orientador

Brasília – 2005

Dedico essa monografia primeiramente a Deus que me deu força para eu me empenhar e conquistar essa vitória. À minha mãe Marília, minha irmã Mariana, ao meu namorado Reinaldo e aos tios Graça, Mauro e Márcio, que acompanharam e agüentaram meus momentos de desespero e compartilharam os de alegria e, além disso, sempre com uma palavra ou um gesto de carinho.

Agradeço a todos que me ajudaram nessa maratona. Ao meu orientador Solano Nascimento pelo apoio e dedicação. Aos outros professores que passaram pelo curso nesses quatro anos, às chefes que tive nos estágios que me ajudaram bastante, inclusive na definição do tema desta monografia e um agradecimento especial, à minha atual chefe, Flávia Rocha Mello, que foi tão compreensiva principalmente nesta reta final do curso.

Resumo

Esta pesquisa analisou a cobertura jornalística do Caso Pedrinho em 1986. Foi possível concluir que a maior parte das informações publicadas, que tiveram origem em fontes oficiais, estava incorreta.

O estudo demonstrou o risco de dependência em relação a fontes e da falta de apuração jornalística.

Sumário

| | |
|--|----|
| Introdução | 9 |
| 1. Metodologia..... | 10 |
| 2. Fontes Jornalísticas..... | 11 |
| 2.1 Tipos de Fontes..... | 14 |
| 2.1.1 Primeira Classificação..... | 14 |
| 2.1.2 Segunda Classificação..... | 16 |
| 2.1.3 Terceira Classificação..... | 16 |
| 2.2 Relação entre jornalistas e fontes..... | 17 |
| 3. O <i>Correio Braziliense</i> e O Caso Pedrinho..... | 19 |
| 3.1. Histórico do Caso Pedrinho..... | 21 |
| 4. A Cobertura do caso..... | 25 |
| 4.1. Descrição da suposta seqüestradora | 25 |
| 4.2. Acesso..... | 27 |

| | |
|---------------------------------|----|
| 4.3. Destino do bebê..... | 28 |
| 4.4. Origem dos equívocos..... | 31 |
| 5. Conclusão..... | 33 |
| Referências Bibliográficas..... | 34 |
| Anexos..... | 36 |

Introdução

Este trabalho se propõe a analisar os primeiros dias de cobertura do *Correio Braziliense* no caso do garoto Pedrinho, o recém-nascido que foi seqüestrado no hospital Santa Lúcia, em Brasília, em 1986, com apenas 13 horas de vida.

A intenção é mostrar os riscos que os meios de comunicação podem correr ao confiar nas fontes, mesmo as oficiais. Essa análise está embasada em diferentes autores que tratam do assunto.

No segundo capítulo a revisão bibliográfica apresenta a opinião de especialistas que apontam os tipos de fontes que os jornalistas dispõem e as vantagens e desvantagens dessa relação.

Em seguida se recupera o histórico do *Correio*, foco deste estudo, com informações do Centro de Documentação do jornal, e a história do caso Pedrinho, baseada nas informações divulgadas ao longo dos anos pela imprensa, incluindo matérias de novembro de 2002, quando houve o desfecho do caso.

No último capítulo foram separadas as informações publicadas pelo jornal nos primeiros dez dias de cobertura jornalística do *Correio*, em 1986. Essas informações estão separadas em três tabelas e logo após é feita uma análise mais detalhada delas.

1. Metodologia

Para atingir os objetivos, este estudo se baseou na técnica de pesquisa documental para analisar os exemplares do jornal *Correio Braziliense* que formam o corpus escolhido.

Foram estudadas 10 edições do *Correio Braziliense* no período de 22 de janeiro de 1986 e 31 de janeiro do mesmo ano. Nessas edições apareceram 10 matérias a respeito do caso, uma em cada dia.

Esse período foi escolhido por se tratar dos primeiros dez dias após o desaparecimento do bebê do hospital, no qual houve grande ênfase e interesse por parte do jornal em acompanhar o caso.

2. Fontes Jornalísticas

No relacionamento entre jornalistas e fontes de informação, é possível perceber a dependência existente entre as duas partes. Muitas notícias jamais seriam conhecidas pela sociedade e outras demorariam muito a se tornar realidade se não fosse a iniciativa de alguma fonte em divulgá-la. Poucas matérias jornalísticas têm origem na observação direta do profissional. Grande parte contém informações e dados fornecidos por instituições ou pessoas que participaram ou testemunharam algum evento de interesse público.

O modelo de comunicação de Shanon e Weaver (1949), citado por Nilson Lage (2001), atribui ao emissor a autoria da mensagem que transita por um canal em um código até o receptor. De acordo com eles, o conteúdo informado em uma matéria jornalística seria algo produzido pelos jornalistas. Lage afirma que não é isso o que ocorre. Segundo ele, “entre o fato e a versão jornalística que se divulga, há todo um processo de percepção e interpretação que é a essência da atividade dos jornalistas”.

Já George Gerbner (1956) estabelece a prioridade dessa função de representar subjetivamente a realidade antes de transmiti-la. A percepção da realidade, sua transformação em modelos mentais e depois em proposições lingüísticas não são tarefas de um homem só. Ela começa, segundo Gerbner, exatamente na fonte, que formula uma primeira representação que será levada adiante. Para o autor, cada indivíduo da cadeia informativa entende a realidade conforme seu próprio contexto.

Para os jornalistas, a fonte é um instrumento essencial no seu dia a dia para que eles alcancem seus objetivos. A fonte, por sua vez, utiliza-se dos jornalistas para estar na mídia e “vender” o seu produto. Dyer e Nayman (1977), *apud* Jorge Pedro Sousa (2000), salientam que fontes e jornalistas se beneficiam mutuamente com a relação, já que as primeiras ganham acesso a uma determinada audiência e os segundos obtêm com frequência informações credíveis para a fabricação de notícias.

Faz parte da rotina e do costume dos jornalistas selecionar as melhores fontes para se trabalhar e, além disso, questionar essas fontes, colher dados e depoimentos e contextualizá-los de acordo com técnicas jornalísticas. Clóvis Rossi (1984) afirma que cultivar as fontes de informação é, portanto, indispensável ao jornalista. Para Rossi, pode-se fazer o jogo da fonte “plantando” no jornal uma notícia de interesse dela, ainda que não seja verdadeira no todo ou em parte, ou estimulando a sua vaidade de aparecer nos jornais. “Esses são os caminhos fáceis. Mas o caminho correto é fazer-se respeitar pela irrestrita dignidade no comportamento pessoal e profissional” (ROSSI, 1994, p.50).

Rossi diz ainda que para compor uma reportagem o jornalista vale-se, fundamentalmente, dessas fontes de informação, conhecedoras do tema, mas também nele interessadas. Sousa (2000) afirma que os jornalistas estão interessados em fontes abertas, capazes de providenciar toda a informação credível de que eles necessitam para que o produto noticioso possa ser fabricado. Para o autor, as fontes estão interessadas em que os jornalistas usem tudo o que elas fornecem. Nilson Lage complementa dizendo que as fontes podem mentir, mas é de se esperar que não mintam.

Partindo daí, o autor coloca a seguinte questão: “Por que se conta que alguém preste informações a um estranho se não ganha nada com isso?” (2000, p.54). Os cientistas sociais da corrente funcionalista que, nas décadas de 1930, 1940 e 1950 estudaram a comunicação humana, acreditam que “os homens consideram crucial ser aceitos socialmente e, por isso, desenvolvem atitudes cooperativas; trata-se de algo, supõem esses cientistas, que se molda desde a primeira infância, ao longo do processo de socialização”. (LAGE, 2001, p.55). Lage afirma ainda que essa iniciativa da fonte em divulgar algo pode ser uma obrigação moral de manter a sociedade informada; o desejo de se prestigiar junto ao público e aos veículos de comunicação; a intenção de impedir

que o fato se espalhe agregado a uma versão inconveniente; a vontade de desmoralizar um adversário ou concorrente, entre muitos outros motivos. Do ponto de vista jornalístico, isso importa pouco.

Felipe Pena (2005) acredita que as fontes também podem manipular o jornalista e agendar os meios de comunicação. E completa: “(...) não me refiro às assessorias ou outras empresas especializadas em divulgação. Uma fonte oficial pode divulgar determinada notícia para amenizar o impacto de outra que deseja ocultar” (2005, p.61). Sousa cita Herbert Gans (1980) ao falar que as organizações noticiosas tendem para a passividade, enquanto as fontes interessadas tendem para a atividade. Esse fato tornaria os órgãos jornalísticos mais permeáveis às fontes mais ativas, designadamente aquelas capazes de corresponderem rapidamente às suas necessidades informativas.

Ralph Negrine faz uma distinção ao abordar a diferença entre o que ele chama de apuração jornalística ativa e passiva. Na forma ativa, defende, o jornalista revela e reúne pedaços de informações, criando entre elas links até então desconhecidos, enquanto que a apuração passiva é caracterizada pela recepção, como o que ocorre com o vazamento de informação por alguma autoridade. (WAISBORD, 2000, p. XVI).

Gans realça que existem vários fatores que influenciam a dominância de determinadas fontes sobre outras, como o seu poder, a sua credibilidade e a sua proximidade em relação aos jornalistas. Para Gans, os jornalistas escolhem as fontes em função da sua conveniência, não só em termos de confiabilidade e respeitabilidade, mas também em termos de capacidade de produção de informação. Além disso, para o autor, as fontes capazes de antecipar aos jornalistas oportunidades de recolha de informação tendem a ser mais selecionadas.

O resultado de uma consulta à fonte, segundo Lage, depende basicamente da intenção que essa fonte atribui ao repórter. Para o autor, se a fonte acredita que o repórter é uma ameaça, essa fonte será cuidadosa e econômica no que for revelar. Mas se a fonte vê na conversa com o repórter a oportunidade de defender seus direitos, vai enfatizar reivindicações e reclamações. No caso de a fonte achar que o repórter não vai compreender algo, ela pode ser minuciosa e redundante na explicação. Gans (1980) observa que jornais e jornalistas estabelecem as suas fontes de acordo com as suas

necessidades produtivas e com o posicionamento das mesmas na estrutura social. As fontes tentariam fazer passar a informação que mais lhe interessaria, segundo o ângulo pretendido, enquanto os jornalistas procurariam obter informações que as fontes, por vezes, pretenderiam esconder, explorando ângulos alternativos.

2.1 Tipos de Fontes

Nilson Lage classifica as fontes dentro de dois grupos. No primeiro estão as fontes oficiais, oficiosas e independentes. No segundo estão as primárias e secundárias e testemunhas e experts.

2.1.1 Primeira classificação

Fontes Oficiais: também conhecidas como institucionais, são aquelas mantidas pelo Estado; por instituições que preservam algum poder de Estado, como as juntas comerciais e os cartórios de ofício; e por empresas e organizações, como sindicatos, associações e fundações. As fontes oficiais são tidas como as mais confiáveis e é comum não serem mencionadas. Segundo Lage, autores de todas as épocas comprovam que fontes oficiais falseiam a realidade. Fazem isso para preservar interesses estratégicos e políticas duvidosas, para beneficiar grupos dominantes, por corporativismo, militância, em função de lutas internas pelo poder. Comumente as fontes oficiais sonegam informações de que efetivamente dispõem, destacam aspectos da realidade que convêm às instituições e alegam dificuldades inexistentes para desestimular quem procura informar-se.

A concentração de jornalistas nas capitais reforça a tendência geral, tanto profissional como administrativa do jornalismo, de se privilegiar as fontes oficiais. De acordo com Venício A. Lima, citado por Zélia Leal Adghirni (*apud* MOUILLAUD e PORTO, 2002, p.455), essa tendência foi ainda mais reforçada durante os 21 anos de regime militar, pois a centralização do poder e a censura direta ou indireta na mídia não deixavam alternativa aos jornalistas.

Wolf (2003) afirma que a vantagem de se trabalhar com fontes institucionais é que elas fornecem materiais credíveis e suficientes para se fazer a notícia, permitindo assim que os órgãos de informação não tenham de recorrer a demasiadas fontes para obter os dados ou elementos necessários.

Sousa (2000) acredita que os problemas de acesso às fontes podem levar os jornalistas a usar mais fontes organizacionais que as individuais. Isso ocorre porque, geralmente, as organizações têm um horário de funcionamento coincidente com o dos jornalistas. O recurso às fontes oficiais elevaria a credibilidade dos jornalistas, já que estes estariam concentrados em pessoas acessíveis, com coisas importantes e credíveis para dizer.

Ao divulgar uma informação imputada a fontes oficiais, um repórter pode com facilidade utilizar a "regra da atribuição", que conforme Meyer é uma das principais "regras pragmáticas" usadas por jornalistas na busca de imparcialidade, equilíbrio e objetividade.

"Essa regra requer que o repórter forneça a fonte, seja esta óbvia ou não, de cada fato importante de uma história. A citação meticulosa de fontes pode atravancar uma história, quebrar seu ritmo, desacelerá-la. Mas permite ao leitor saber exatamente onde está situado, quanta credibilidade colocar em cada declaração de fato. Como a maior parte das coisas boas, a regra da atribuição pode ser perigosa quando levada longe demais. Quando aplicada compulsivamente, pode levar o repórter a esquecer a responsabilidade do jornalista de ir atrás das fontes e fazer uma verificação independente de sua validade". (Meyer, 1989, p.86).

Fontes Oficiosas: são aquelas que estão reconhecidamente ligadas a uma entidade ou a um indivíduo, porém não estão autorizadas a falar em nome dela ou dele, o que significa, para Lage, que o que dizem pode ser desmentido. Essa categoria, geralmente expressando interesses particulares dentro de uma instituição, pode ser preciosa porque evidencia algumas dessas manobras das fontes oficiais para dificultar o acesso dos repórteres às informações.

Fontes Independentes: são aquelas desvinculadas de uma relação de poder ou interesse específico em cada caso. O jornalismo americano vulgarizou a expressão fontes independentes, aplicando-a quando as fontes, que não querem ser mencionadas, são organizações não-governamentais ou sem fins lucrativos. Os funcionários dessas

organizações são militantes treinados para ostentar fé cega naquilo que defendem. Lage alerta ainda que tal disposição coloca sob suspeita os dados fornecidos, já que a nobreza do fim pode justificar, na representação de realidade deles, a falsidade dos dados.

2.1.2 Segunda classificação

Fontes Primárias: são aquelas em que o jornalista se baseia para colher o essencial de uma matéria. Fornecem fatos, versões e números.

Fontes Secundárias: são consultadas para a preparação de uma pauta ou a construção das premissas genéricas ou contextos ambientais.

Testemunhas: o testemunho é normalmente colorido pela emotividade e modificado pela perspectiva. De modo geral, o testemunho mais confiável é o mais imediato, que se apóia na memória de curto prazo, sendo mais realista, embora eventualmente desordenada e confusa.

Experts: são geralmente fontes secundárias, que o jornalista procura em busca de versões ou interpretações de eventos. Um cuidado preliminar é o de formular, pelo menos no início, perguntas pertinentes. Alguns experts têm treinamento em didatizar assuntos. Lage afirma que é conveniente ouvir mais de um especialista e variar os especialistas que se ouve.

2.1.3 Terceira Classificação

O jornal *Folha de S. Paulo*, faz uma classificação quanto à confiabilidade da fonte. De acordo com o manual do jornal, é fundamental na atividade jornalística a hierarquização das fontes. E cabe ao profissional, de acordo com seu bom senso, determinar o grau de confiabilidade de suas fontes e como utilizar tais informações que lhe são repassadas. A *Folha* distingue as fontes em:

Fonte Tipo Zero: são aquelas informações escritas e com tradição de exatidão, ou gravadas para não deixar margem a dúvida. São exemplos de fonte tipo zero as enciclopédias renomadas e documentos emitidos por instituições com credibilidade. Em

geral, de acordo com o manual, a fonte tipo zero necessita de cruzamento de informações, para não se repetir erros já publicados. O manual alerta que mesmo uma boa fonte tipo zero pode conter erro de informação.

Fonte Tipo Um: é a mais confiável nos casos em que a fonte é uma pessoa. A fonte tipo um tem histórico de confiabilidade – as informações que passa sempre se mostram corretas. Fala com conhecimento de causa, está muito próxima do fato que relata e não tem interesse imediato na sua divulgação. Embora o cruzamento de informações seja sempre recomendável, no caso de informações vindas desse tipo de fonte, a *Folha* admite que sejam publicadas sem checagem com outra fonte.

Fonte Tipo Dois: é aquela que possui todos os atributos de uma fonte tipo um, menos o histórico de confiabilidade. Toda informação de fonte tipo dois deve ser cruzada com pelo menos mais uma fonte, do tipo um ou dois, antes de ser publicada.

Fonte Tipo Três: é a fonte de menor credibilidade. É bem informada, mas tem interesses (políticos, econômicos, etc) que tornam suas informações nitidamente menos confiáveis. Na *Folha*, há dois caminhos para a informação de fonte tipo três: funcionar como simples ponto de partida para o trabalho jornalístico ou, na impossibilidade de cruzamento com outras fontes, ser publicada em coluna de bastidores, com a indicação explícita de que se trata ainda de rumor e informação não confirmada.

Ainda de acordo com o manual, a classificação da fonte varia conforme as circunstâncias políticas, o relacionamento pessoal da fonte com o jornalista e a atitude dela em relação ao veículo que o profissional representa.

2.2 Relação entre jornalistas e fontes

As relações entre jornalistas e fontes são muito citadas quando se trata da ética do jornalismo. Segundo Lage (2001), isso decorre naturalmente do fato de que, no percurso da informação da fontes até o público, este é o mais indefeso. Essa relação com as fontes deve ser cordial e correta. Trata-se, inegavelmente, de uma troca, mas o que deve ser trocado é sempre informação, nada mais. Nem o repórter se transformará em agente da fonte nem o contrário.

Fontes não devem, no entanto, negar que tenham dito o que efetivamente disseram ou impedir que uma informação prestada seja confrontada com outras, de qualquer origem, desmentida pelos fatos ou considerada em contextos de conflito. Muitos dos problemas éticos levantados na relação com as fontes, segundo Lage, referem-se à distinção entre o que é público e privado. Para explicar esse problema, Lage dá o seguinte exemplo:

A noção de público e de privado reporta-se a situações típicas. Desacordos em família ou conflitos entre chefe e funcionário em uma repartição são assuntos privados; tudo o que afeta a coletividade, atinge-a em termos de custos e qualidade de produtos ou serviços, condições ambientais e de vida, saúde, educação, planejamento de futuro e etc, é público. No entanto, na fronteira entre esses dois conceitos, há situações ambíguas: se a briga em família ou a desavença entre funcionários prejudica o desempenho de uma atividade de interesse público, deve ser mencionada? Pessoas de imagem pública, como políticos, princesas e atletas, têm menos direito à vida privada do que as demais? (LAGE, 2001, p.96).

O autor afirma ainda que, em princípio, todos têm o direito de preservar sua vida privada, salvo em situações especiais. No entanto, o respeito a esse direito e a essa obrigação, segundo Lage, não deve se limitar apenas aos jornalistas, mas estender-se a outras instituições, como a polícia e o Judiciário.

Um cuidado que os jornalistas precisam tomar a partir desse grande convívio com as fontes é o de não confundir amizade com o profissionalismo. Rossi (1984) afirma que a necessidade de cultivar fontes, somada à impossível neutralidade do jornalista diante dos fatos, abre caminho para um risco nesse relacionamento, um risco sutil que, às vezes, se apresenta imperceptivelmente: a distorção pela amizade.

Traquina completa afirmando que quando as fontes e os jornalistas fazem parte da mesma rotina de uma forma regular, eles estabelecem uma interdependência. O autor cita Walter Lippmann, que relatou que o perigo dessa relação é evidente: “O jornalista entra inevitavelmente em contato pessoal com os políticos e os homens de negócios, criando relações de confiança e de simpatia; e é muitas vezes difícil e muito embaraçoso ignorá-las” (LIPPMANN *apud* TRAQUINA, 1999, p.173).

3. O *Correio Braziliense* e o Caso Pedrinho

Junho de 1808. Essa é a data em que começa a circular o *Correio Braziliense* fundado e editado por Hipólito José da Costa Pereira Furtado, em Londres e que chegava ao Brasil contrabandeado nos navios ingleses que aqui aportavam. Na época, Hipólito não recebia nenhuma remuneração para produzir o jornal, que era mensal e composto por quatro sessões: política, comércio e artes, literatura e ciências e miscelânea, que abrangia reflexões sobre as novidades do mês. No total, possuía entre 72 e 140 páginas.

Em março de 1813 Hipólito publicou um artigo, no qual defendia a necessidade da interiorização da capital do Brasil, mais precisamente sua instalação no Planalto Central. No artigo ele apontou os problemas do Rio de Janeiro como capital, mostrou as desvantagens de uma Capital no litoral e sugeriu a implantação da sede desse governo no centro do país.

Além disso, segundo Ana Morelli (2002), Hipólito utilizava o espaço do jornal para defender idéias sobre liberdade de imprensa, monarquia constitucional, abolição da escravatura, defesa da imigração, criação de júri popular, instituição de universidades e a independência do Brasil.

Hipólito chamou *Braziliense* ao *Correio* porque entendia pertencer esse designativo aos naturais do Brasil. O adjetivo brasileiro cabe ao português europeu e aos

estrangeiros aqui moradores. Escreve-se com Z porque, neste tempo, escreve-se com Z a palavra “Brasil”.

Em 1817 o jornal foi proibido de circular. Mas somente em dezembro de 1822 saiu a última edição, na qual Hipólito publicou um artigo em que falava de seu periódico, cuja missão seria servir o Brasil.

Em 1959, Assis Chateaubriand, presidente dos Diários Associados e embaixador do Brasil na Inglaterra, não acreditava na obsessão do então presidente da República, Juscelino Kubitschek, de construir Brasília em tempo recorde para transferir a capital da República em 21 de abril de 1960. Segundo Morelli (2002), há indícios de que Chateaubriand era contrário à construção da cidade, pois achava que se tratava de mais uma loucura de JK.

Diante desse descrédito, Chateaubriand fez um desafio ao presidente JK. De acordo com o arquivo *Cronologia – História do Correio Braziliense* do Centro de Documentação do *Correio Braziliense*, Chateaubriand disse: “Se você inaugurar mesmo Brasília em 21 de abril de 1960 como está prometendo, pode saber que nesse dia lá estará um jornal dos Diários Associados para registrar o fato”.

Lançado o desafio, Chateaubriand encarregou o diretor-geral e segunda pessoa com poder de decisão dentro dos Diários Associados, João Calmon, de providenciar o dinheiro necessário para a construção do jornal. Morelli (2002) cita que Calmon acreditava que era muito importante para a empresa possuir um jornal em Brasília. Por isso, tornou-se um dos defensores mais entusiasmados do projeto.

Em janeiro de 1960 começou a ser construído o prédio do *Correio Braziliense* com a equipe vinda de Minas Gerais. Duzentos candangos iniciaram os trabalhos. Faltando menos de um mês para a inauguração, a redação funcionava em uma sala cedida pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital – Novacap. Chateaubriand resgatou o título do jornal fundado por Hipólito anos atrás, com a ideologia de ‘liberdade e brasilidade’. Assim, surgiria a nova versão do *Correio Braziliense*.

Chega dia 20 de abril. O edifício do *Correio Braziliense* foi inaugurado com a presença da primeira-dama, Sarah Lemos Kubitschek, e outros convidados. Finalmente em 21 de abril começou a circular o *Correio Braziliense*. Na primeira edição local,

foram três cadernos com vinte e quatro páginas, e o suplemento dos Diários Associados, edição comemorativa da transferência da Capital Federal. Um total de 108 páginas.

A primeira edição abordou os mais diferentes assuntos, como a arquitetura de Brasília, o tráfego, assuntos relacionados à construção e matérias sobre estatais do governo federal. Morelli (2002) cita que, no primeiro mês, o *Correio Braziliense* imprimiu 500 exemplares que eram vendidos aos órgãos da administração federal e ao público geral. Mas, ainda segundo a autora, foram necessários alguns anos para que os moradores da cidade adquirissem o hábito de ler o *Correio* ao invés dos jornais de suas cidades de origem.

Trinta e quatro anos depois, a redação do *Correio* passou a ser informatizada, entrando na nova era tecnológica. A editoração e a paginação eletrônicas permitiram a confecção de um jornal mais comunicativo por meio de manipulação de recursos gráficos. Dois anos depois, foi definido um novo projeto gráfico e editorial, com o objetivo de atrair mais leitores, principalmente jovens, e aumentar o grau de fidelidade do público atual. Nesse mesmo ano, 1996, entrou em funcionamento o site do jornal (www.correioweb.com.br).

No fim do ano de 2002 o *Correio* passou por uma censura. Na primeira página do jornal do dia 24 de outubro a chamada foi “Correio é censurado a pedido de Roriz”. O jornal foi punido por querer publicar trechos de conversas gravadas que relacionava o governador ao caso Pedro Passos, acusado pelo Ministério Público de grilagem de terras. A censura foi feita por oficiais de Justiça que entraram na redação para retirar toda a reportagem que comentasse o caso.

Uma das últimas reformulações entre as várias pelas quais o *Correio Braziliense* passou foi em 2003, quando o novo projeto gráfico redimensionou o espaço de cada editoria, com lugares pré-determinados e um número fixo de páginas.

3.1 Histórico do Caso Pedrinho

Em 21 de janeiro de 1986, uma criança recém-nascida no hospital Santa Lúcia, em Brasília, foi seqüestrada. Os pais, Jairo e Maria Auxiliadora Tapajós, começaram a

procura pelo filho. Era Pedro o nome escolhido para o bebê que passou a ser chamado carinhosamente pelo diminutivo Pedrinho. Na época, diversos recursos foram utilizados para obter qualquer notícia sobre o paradeiro da criança e do seqüestrador.

Jornais de diversas partes do país divulgaram o drama vivido pela família Tapajós. Com o passar dos anos, os pais biológicos, já sem muita força, mas ainda com esperança, não desistiram. Recorreram aos meios de comunicação, inclusive a internet, recém chegada no país. O *Correio Braziliense*, o principal jornal de Brasília, acompanhou o caso, divulgando detalhes do drama da família, especulações e suposições de autoridades envolvidas na tentativa de descoberta da autora do seqüestro e do paradeiro do bebê.

Desde o início o *Correio Braziliense* reservou espaço para esse caso. Primeiro, por não se tratar de um simples seqüestro. No começo das investigações, as autoridades não sabiam dizer ao certo o motivo do desaparecimento da criança, até porque segundo alguns delegados que acompanhavam o caso, em Brasília nunca havia acontecido um roubo de crianças como aquele. Entre as especulações havia quem acreditasse que se tratava de seqüestro, visando obter vantagem econômica com isso, e outros que achavam que era uma gangue especializada em tráfico de crianças.

Outra razão para a cobertura do *Correio* era tentar ajudar a família a solucionar o problema e ser, de fato, o primeiro a divulgar o resultado final do caso. É uma das funções da imprensa.

“(…) os veículos de comunicação social informam, orientam e dão entretenimento. O seu objetivo é ajudar o desenvolvimento do meio social, informar aquilo que é útil para a comunidade em um dado momento, analisar essas informações para opinar sobre elas e com isso os meio de comunicação participam da transformação social”.(CARVALHO,1977, p.47).

O caso continuou sendo lembrado ocasionalmente pela imprensa de Brasília, até que em 2002, dezesseis anos depois do seqüestro, um garoto de Goiânia, com o nome de Osvaldo Martins Borges Júnior, em princípio filho da empresária Vilma Martins Costa, tornou-se o principal suspeito de ser o menino levado dos braços da mãe com apenas treze horas de vida. Ele foi encontrado depois que o Disque Denúncia recebeu uma ligação anônima de uma mulher, mais tarde identificada como Gabriela Azeredo Borges,

afirmando ter reconhecido um parente de Goiânia nas fotos divulgadas pelos pais biológicos do bebê. A divulgação das fotos no site do Centro de Atendimento SOS Criança foi o que permitiu a descoberta do paradeiro de Pedrinho

Algumas dessas fotos da internet eram simulações feitas por especialistas, baseadas em fotos dos pais biológicos. Outras eram as fotografias de Jairo Tapajós, o pai do bebê, quando criança.

A partir disso, recomeçaram as investigações. Uma equipe do serviço de inteligência da Polícia Civil do Distrito Federal foi a Goiânia. Os policiais passaram a observar o rapaz à distância, tiraram fotos e fizeram filmagens. Nesse período, a polícia conseguiu mandado judicial na oitava vara criminal do DF para a realização do exame de DNA.

Abalado com a notícia de que poderia ser adotado, Osvaldo Júnior não aceitou fazer o exame. Somente depois de uma conversa por telefone com Jairo, o garoto fez teste. Mesmo antes do resultado, Jairo Tapajós estava convicto de que o garoto era Pedrinho, seu filho, analisando as fotos mostradas pelos policiais. As investigações estavam sendo feitas, até então, sem o conhecimento da verdadeira família de Pedrinho.

Vilma Martins foi chamada na escola do Osvaldo Júnior e de lá foi prestar depoimento na Delegacia de Investigações Criminais de Goiânia. Em um primeiro momento, ela negou que Osvaldo fosse filho adotivo, mas depois acabou admitindo que ele não era seu filho natural.

Veio então a confirmação. Além desse reencontro inesperado, já que se passaram 16 anos desde o sumiço de Pedrinho, outra surpresa abalaria a família de Brasília: a mãe adotiva do Osvaldo Júnior seria a própria seqüestradora do hospital. A mãe biológica, Maria Auxiliadora, afirmou não ter dúvida de que se tratava da mesma mulher que entrou na maternidade anos antes.

A polícia continuou fazendo as combinações entre o retrato falado feito na época e a atual fisionomia de Vilma Martins. As semelhanças eram claras, mas a acusada continuava negando a participação no roubo da criança. Os jornais de todo o país, que até então simplesmente haviam divulgado o sumiço da criança, já começaram a publicar,

baseados nas investigações que ainda estavam em andamento, que a mãe adotiva, de fato, era a seqüestradora.

Vilma Martins foi presa em 12 maio de 2003. Ela foi condenada a 19 anos de prisão por ter seqüestrado e registrado como filhos legítimos Pedrinho e a outra filha, Aparecida Fernanda da Silva, registrada como Roberta Jamilly. Até novembro de 2004, a advogada de Vilma tinha conseguido atenuar a condenação em dois dos três processos, diminuindo a pena para 14 anos de detenção.

Pedrinho passou a morar definitivamente em Brasília com os pais biológicos em julho de 2003. Em maio de 2004, o registro de nascimento feito por Vilma foi cancelado pela Justiça e o garoto manteve do nome antigo apenas o Júnior, como era conhecido intimamente em Goiânia, e passou a se chamar Pedro Júnior Rosalino Braule Pinto.

4. A cobertura do caso

O caso do garoto que foi roubado da maternidade em Brasília em 1986 ficou conhecido pelo Brasil inteiro como Caso Pedrinho.

Na época, o *Correio Braziliense* publicou informações dadas por fontes oficiais e por outras fontes, que mais tarde, depois de o caso ter sido esclarecido, foram desmentidas.

Nas tabelas abaixo, será possível visualizar algumas dessas falhas em informações que foram publicadas no *Correio Braziliense* entre os dias 22 de janeiro de 1986, um dia após o sumiço do bebê, e 31 de janeiro do mesmo ano.

4.1 - Descrição da suposta seqüestradora

Este primeiro quadro mostra as informações que a imprensa divulgou a respeito da seqüestradora, incluindo as características físicas que a mãe do bebê Pedrinho pôde observar quando a mulher retirou seu filho ainda na maternidade.

| Informação publicada | Fonte | Correção | Fato |
|---|---------------------|-----------------|--|
| 1- enfermeira; | Direção do hospital | incorreta | A seqüestradora era empresária do ramo de marcenaria. |
| 2- mulher com distúrbios mentais; | Polícia Civil | incorreta | A Justiça não aceitou a alegação de problemas mentais. |
| 3- mulher de 30 a 35 anos, entre 1,65 e 1,70 de altura e 65kg e morena; | Polícia Civil | correta | Vilma Martins correspondia a essas características. |

A partir das declarações de Maria Auxiliadora, mãe do bebê seqüestrado, e sua mãe, Otalina Rosalino, que tiveram contato com a seqüestradora por cerca de trinta minutos, a polícia deu início às investigações.

Segundo elas, a autora do seqüestro se disse assistente social do hospital, e afirmou que levaria o bebê para a realização de alguns exames. A mulher, a princípio, disse que estava esperando pela enfermeira, mas como esta estava demorando, ela mesma levaria a criança para fazer os exames.

Para despistar, a mulher inventou que Otalina deveria ir até a portaria para buscar umas flores que haviam chegado para Lia, como Maria Auxiliadora ainda é conhecida. Além disso, a seqüestradora deixou Lia nua no banheiro do quarto, com a desculpa de que seria colhido material para exames. De acordo com um dos diretores do hospital a seqüestradora demonstrou ter conhecimento de quem trabalha em hospitais ao tentar induzir Lia a urinar para os supostos exames. Um dia após o desaparecimento do bebê, o *Correio* publicou:

A desconhecida demonstrou ser conhecedora de enfermagem quando abriu a torneira do chuveiro para que o barulho da água facilitasse a coleta do material. “Este é um truque que só quem trabalha em hospital sabe”, observava o médico Cardoso Machado, um dos diretores do Hospital Santa Lúcia. (*Correio Braziliense*, 22/01/1986, p. 16).

Entre as várias vertentes do caso, o delegado Evaldo Carneiro, coordenador da Polícia Circunscricional (departamento da Polícia Civil), levantou a hipótese de se tratar de uma mulher com distúrbios mentais, que foi ao hospital conseguir um filho que ela não teve. Essa hipótese surgiu após Lia e Otalina contarem que, durante a conversa com a falsa assistente social, ela se dizia impossibilitada de procriar e desejava uma criança. Mais tarde, em 2002, com o desfecho do caso, a Justiça não aceitou essa alegação de problemas mentais. Dois dias depois do seqüestro o jornal publicou o seguinte:

O coordenador da Polícia Circunscricional, delegado Evaldo Carneiro, aposta mais na hipótese da mulher ser alguém que, sem filhos, e talvez sofrendo de possível distúrbio mental, foi ao hospital conseguir o filho que não tivera. Determinado trecho da conversa entre ela e a mãe de Pedro solidificam esta hipótese. A suposta assistente social comentara com

Auxiliadora que estava impossibilitada de procriar e que desejava uma criança, mas preferia da cor morena. (*Correio Braziliense*, 23/01/1986, p. 17).

No dia 24 de janeiro, dois dias depois do desaparecimento do bebê, a polícia divulgou o retrato falado da mulher que tirou o garoto Pedrinho do hospital Santa Lúcia com apenas 13 horas de vida. Algumas alterações foram feitas desde a primeira versão, devido ao estado emocional da mãe e avó do bebê, as únicas que tiveram contato direto com a seqüestradora. Além delas duas, a polícia ouviu outras testemunhas que contribuíram com a descrição da mulher, pois estiveram com ela por algum momento no hospital. Nesse dia, que foi divulgado o retrato falado na capa e em uma matéria do *Correio Braziliense*, foi publicado o seguinte:

O diretor-geral da Polícia Civil, Rogério Bernadino Gomes, divulgou o retrato falado da seqüestradora. (...) Trata-se de uma mulher morena, com idade entre 30 a 35 anos, 1,65m a 1,70m de altura e com aproximadamente 65 quilos. Ele ainda acredita que tanto a mulher como a criança ainda estão no Distrito Federal. (*Correio Braziliense*, 24/01/1986, p. 15)

No dia seguinte foi publicado um novo retrato falado, já com algumas alterações. Pessoas que estavam no hospital no dia do sumiço de Pedrinho afirmaram à polícia que a mulher entrou de cabelo solto no local, mas saiu com ele preso e usando óculos. Com base nisso, o *Correio* publicou:

De posse da informação de que a mulher se disfarçou prendendo os cabelos, para deixar o hospital com segurança, Rogério Bernadino determinou ao Instituto de Criminalística a confecção de um retrato falado da mulher com o novo visual. “São detalhes que vão aparecendo aos poucos e eu tenho esperança de que em breve encontraremos esta criança”. (*Correio Braziliense*, 25/01/1986, p.14).

4.2 - Acesso

Neste segundo quadro, está a informação a respeito da forma que a seqüestradora encontrou para entrar na maternidade e sair de lá carregando a criança sem que ninguém suspeitasse.

| Informação publicada | Fonte | Correção | Fato |
|--|---------------|-----------------|----------------------------|
| 1- algum funcionário do hospital pode ter dado cobertura para a seqüestradora; | Polícia Civil | | Isso não ficou comprovado. |

Não se sabe ao certo como a seqüestradora teve acesso aos quartos da maternidade do hospital Santa Lúcia. Mas a tranqüilidade com que a falsa assistente social entrou e saiu do quarto 10 do hospital na terça-feira, dia 21 de janeiro de 1986, fortaleceu a hipótese de a seqüestradora ter contado com a ajuda de alguém, possivelmente um funcionário do hospital. Depois de dez dias de investigação, o *Correio* publicou:

(...) é bem provável que a atenção da polícia se volte para o interior do hospital Santa Lúcia. Nos primeiros dias da investigação, o envolvimento de funcionários foi uma hipótese lembrada com freqüência na 1ª Delegacia Policial. Não pelo fato de a seqüestradora ter entrado sem problemas, mas por ter conseguido sair com o bebê sem molestações. (...) É evidente que para prender os cabelos e colocar esta criança dentro de uma sacola, a seqüestradora necessitaria de tempo e se o fizesse no corredor do hospital certamente seria flagrada por algum funcionário, visitante ou paciente. (*Correio Braziliense*, 31/01/1986, p. 15).

Ainda de acordo com a matéria, a seqüestradora precisou de um local isolado para poder fazer tudo isso e não chamar a atenção. Na época, as suspeitas de que algum funcionário do hospital pudesse ter ajudado partiram daí. Porém nada foi confirmado.

4.3 - Destino do bebê

Neste terceiro quadro estão as informações publicadas sobre o possível paradeiro da criança após o sumiço.

| Informação publicada | Fonte | Correção | Fato |
|--|----------------|-----------------|---|
| 1- criança pode estar escondida no Plano; | Polícia Civil | incorreta | A criança estava em Goiânia. |
| 2- seqüestro para o tráfico de crianças; | Polícia Civil | incorreta | A criança não foi vendida. |
| 3- o seqüestro não teve como objetivo obter vantagens financeiras; | Polícia Civil | correta | Vilma não tentou vender ou pedir resgate com o bebê. |
| 4- adoção ilegal; | Polícia Civil | incorreta | O garoto foi seqüestrado para ser criado como filho natural da seqüestradora. |
| 5-seqüestradora não saiu do DF; | Polícia Civil, | incorreta | A seqüestradora foi com a |

| | | | |
|---|---------------|-----------|---|
| | | | criança para outro estado. |
| 6- tentativa de extorsão; | Polícia Civil | incorreta | Essa informação veio por meio de trote. |
| 7- a seqüestradora não pretendia criar a criança; | Polícia Civil | incorreta | Vilma criou Pedrinho por 16 anos. |

No dia 23 de janeiro, o título da reportagem da página 17 sobre o caso foi, no mínimo, esperançoso. “Criança pode estar escondida no Plano”. A matéria noticiou que a polícia possuía fortes suspeitas que, se confirmadas, dariam a localização do bebê e da seqüestradora. Mas as informações eram falsas.

Ainda no dia 23 e na mesma página, algumas observações foram feitas quanto à seqüestradora ser morena e o recém-nascido Pedrinho ter a pele clara. O *Correio Braziliense* noticiou que a polícia começou a considerar a hipótese de tráfico de crianças a partir das características físicas da mulher e do bebê. Foi publicado o seguinte:

Empurrando a polícia para a hipótese de tráfico de crianças está o detalhe relativo aos traços e características físicas do bebê que foi retirado de sua mãe com 13 horas de vida. O próprio delegado Gildemar Dias da Silva admite que nesses casos de tráfico de bebê, a família que encomenda um recém-nascido prefere o de cor clara. Pedro tem a cútis desta cor e sua mãe tem os cabelos quase louros. A seqüestradora, por sua vez, era morena e não queria uma criança que possuísse características diferentes da sua. (*Correio Braziliense*, 23/01/1986, p. 17).

A partir deste equívoco da polícia a respeito do tráfico de crianças, outro equívoco foi cometido: por causa das diferenças físicas entre a seqüestradora – morena-, e o bebê – branco, surgiram suposições de que a seqüestradora não poderia ter pego a criança para si. Esse fato foi desmentido mais tarde, já que Vilma Martins sempre criou Pedrinho como seu filho.

Paralelo a essas investigações, a polícia já descartava a possibilidade de o garoto Pedrinho ter sido seqüestrado para que alguém obtivesse vantagem financeira. Mesmo sem pistas concretas, a polícia continuou afirmando à imprensa que a criança não havia deixado o Distrito Federal. O delegado se mostrava tão otimista quanto nas primeiras horas de investigação.

Nessa mesma época do seqüestro do Pedrinho, surgiram denúncias envolvendo o Gabão, país da África, no tráfico de crianças. As revelações foram publicadas pelo *Jornal do Brasil*. Por conta disso, foram feitas associações entre o sumiço do Pedrinho e as denúncias no Gabão. Essas suposições nem foram passadas pela polícia para a imprensa. Mas em 24 de janeiro, dia em que o foi publicado o retrato falado da seqüestradora, o jornal dizia que a participação da funcionária da embaixada do Gabão, Roseane Gondim, no sumiço do bebê, já estava descartada. Foi publicado o seguinte:

(...) o diretor geral da Polícia Civil, Rogério Bernadino Gomes, convocou a imprensa e anunciou: as suspeitas não se confirmaram. Rogério divulgou o retrato falado da seqüestradora afirmando que ele tem muitas semelhanças com Roseane Gondim. (...) na sua opinião, o fato de já terem decorridas várias horas depois do seqüestro não significa que o caso se tornou mais difícil de ser resolvido. (*Correio Braziliense*, 24/01/1986, p. 15)

No dia 28 de janeiro, o *Correio* publicou que a polícia reconheceu na noite anterior, dia 27, que não tinha nenhuma pista concreta sobre a falsa assistente social que levou o bebê, apesar de continuar acreditando que ele ainda estivesse em Brasília.

Ainda no dia 28, uma semana depois do desaparecimento do pequeno Pedro, a manchete da primeira página do jornal *Correio Braziliense* trazia o seguinte: “Polícia tem pista ‘quente’ de Pedrinho”. E a chamada, ainda na capa do jornal, começava assim:

O seqüestro de Pedrinho pode estar perto do fim. A polícia contava ontem à noite com uma forte pista, talvez a mais quente surgida até agora, para localizar o recém-nascido (...). O diretor da Polícia Civil não quis revelar que indício é este, mas pode estar ligado a uma tentativa de extorsão. (*Correio Braziliense*, 28/01/1986, capa.).

Na matéria, nada mais foi acrescentado de informação. O jornal explicou que por meio de ligações anônimas os policiais obtiveram “pistas que apontavam para pessoas suspeitas de estar com o bebê seqüestrado”. Até que no dia seguinte, 29, veio a explicação. O pai do bebê, Jairo Tapajós, pagou um resgate no valor de vinte milhões de cruzeiros¹, porém o menino não foi devolvido. Com isso, a polícia passou a acreditar que

¹ Em 1986, 20 milhões de cruzeiros correspondia a 1.678,55 dólares. Hoje, após várias mudanças de moedas e na economia do Brasil, esse valor equivale a 4.028,52 reais.

tudo não passou de um golpe, que mais tarde foi confirmado, quando a Polícia Federal indiciou Ernesto Schiminelli pela chantagem à família Tapajós.

4.4 – Origem dos equívocos

Podemos observar que das 11 informações divulgadas no jornal *Correio Braziliense* entre os dias 22 e 31 de janeiro de 1986, a maioria estava errada. Isso pode ser justificado pelo fato de as fontes oficiais, como a Delegacia de Polícia e a direção do Hospital, quererem divulgar uma determinada notícia para amenizar o impacto de outra que desejariam ocultar, como Felipe Pena alerta.

Ou ainda, como Nilson Lage cita, que a fonte oficial pode ter divulgado algo com o objetivo de cumprir com uma obrigação moral de manter a sociedade informada ou também para evitar que algum fato se espalhasse com uma versão diferente da oficial, e que alguém saísse desmoralizado.

Das informações corretas publicadas, que foram apenas duas no período analisado, nenhuma trouxe descobertas originadas em investigações da polícia. Uma delas teve grande contribuição da mãe e avó do bebê, além de outras testemunhas, já que se tratava das características físicas da seqüestradora, que mais tarde foram confirmadas.

Especificamente em relação à suposta seqüestradora foram publicadas três informações. Dessas, as duas que estavam incorretas foram dadas por fontes oficiais, sendo elas a polícia e a direção do hospital. Isso representa 66,66% de erro por parte das fontes.

A respeito do acesso da mulher ao hospital apenas uma informação foi divulgada, sendo que nunca foi comprovada. O destino da criança após o sumiço rendeu sete informações. Todas elas divulgadas pela polícia e apenas uma estava correta. Isso corresponde a apenas 14,2% de informações corretas.

A preferência por fontes oficiais, como já foi explicado anteriormente, deve-se pela confiabilidade e credibilidade que essa categoria tem, ou deveria ter. Como Gans alerta, pressupõe-se que fontes oficiais sejam mais confiáveis, simplesmente porque não podem se permitir mentir abertamente e porque as suas ações e opiniões são oficiais.

Essa preferência pôde ser observada neste trabalho. Das informações publicadas, todas vieram de fontes oficiais e apenas duas estavam corretas, o que corresponde a 81,8% de erros. As fontes especularam mais a respeito do paradeiro da criança e, conseqüentemente, foi o tópico que apresentou maior número de erros.

O que se pode concluir após essa análise das matérias publicadas pelo jornal *Correio Braziliense* é que toda informação deve ser muito avaliada e checada, mesmo quando tem origem nas fontes denominadas oficiais. Estas, que têm como característica fundamental a credibilidade, podem, muitas vezes, divulgar notícias com outros interesses, que não sejam a verdade ou a solução do caso.

Conclusão

Após analisar os primeiros dez dias de cobertura jornalística do *Correio Braziliense* no Caso Pedrinho em 1986, pode-se afirmar que este trabalho alcançou os objetivos almejados. Foi possível demonstrar os riscos que se corre ao confiar nas declarações das fontes oficiais.

No capítulo de revisão bibliográfica, foi possível perceber as diferentes maneiras de uma fonte se relacionar com os jornalistas e com os meios de comunicação. Além disso, foram perceptíveis os riscos dessa relação.

Foi feita uma recuperação do histórico do *Correio Braziliense*, desde os tempos de Hipólito da Costa e, mais especificamente, do caso Pedrinho no veículo.

Por fim, quando foram analisadas separadamente as informações publicadas nas edições de 22 a 31 de janeiro de 1986, foi possível constatar que a maioria das informações incorretas foi passada ao jornal por fontes oficiais, principalmente da Polícia Civil. Isso serve para reforçar a preocupação quanto à dependência de jornalistas em relação a esse tipo de fontes.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, Esaú Afonso. *Técnicas de Comunicação* – coleção Machado de Assis. Brasília: Senado Federal, 1977, 117p.

CHAPARRO, Manuel Carlos. *Pragmática do Jornalismo* – Buscas práticas para uma teoria da ação jornalística. São Paulo: Summus, 1994, 132p.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. *Os Elementos do jornalismo*. São Paulo: Geração Editorial, 2003, 302p.

LAGE, Nilson. *A reportagem: Teoria e Técnica de Entrevista e Pesquisa Jornalística*. Rio de Janeiro: Record, 2001, 189p.

MELLO, Luiz Antônio. *Manual de Sobrevivência na Selva do Jornalismo*. 2ª edição. Niterói: Casa Jorge Editorial, 1998, 144p.

MEYER, Philip. *A ética no jornalismo: um guia para estudantes, profissionais e leitores*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989, 362p.

MORELLI, Ana. *Correio Braziliense: 40 anos – Do pioneirismo à consolidação*. 2002, (174p.), dissertação de mestrado, Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell. *O Jornal da Forma ao Sentido*. 2ª edição. Brasília: UnB, 2002, 587p.

PENA, Felipe. *Teoria do Jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2005, 235p.

ROSSI, Clóvis. *O que é Jornalismo?* 10ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994, 88p.

SOUSA, Jorge Pedro. *As Notícias e seus Efeitos*. As Teorias do Jornalismo e dos Efeitos Sociais dos Media Jornalísticos. Coimbra: Minerva Coimbra, 2000, 222p.

SOUSA, Jorge Pedro. *Teorias da Notícia e do Jornalismo*. Florianópolis: Argos, 2002, 223p.

TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo, Questões, Teorias e Estórias*. 2ª edição. Lisboa: Vega, 1999, 360p.

WAISBORD, Silvio. *Watchdog Journalism in South America*. New York: Columbia University Press, 2000.

WOLF, Mauro. *Teorias das Comunicações de Massa*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, 295p.

Documentos

Cronologia – História do Correio Braziliense - Centro de Documentação do Correio Braziliense.